

# MEMÓRIA E HISTÓRIA: NOS EXÍLIOS DA LÍNGUA<sup>1</sup>

Angela Derlise Stübe Netto<sup>2</sup> (IEL-UNICAMP; apoio: FAPESP)

## RESUMO

Este trabalho integra minha tese de doutoramento, que discute a formação de professores de língua portuguesa em contextos de imigração europeia, na região de Concórdia/SC. Estudamos dizeres historicamente constituídos sobre os imigrantes em Santa Catarina, como forma de entender algumas condições de produção dos discursos dos professores entrevistados em nossa pesquisa. Analisamos documentos do período de 1895 a 1912: relatórios de Cônsules Italianos; ofícios do governo brasileiro; Boletins do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália; Guia do imigrante; fragmentos do diário de um imigrante italiano, de 05/08/1912. Optamos por analisar esses documentos históricos por considerá-los um dizer oficial, com poder para implementar e sustentar políticas públicas de imigração e que, também, tem papel na constituição do imaginário que até hoje persiste sobre imigração. Nas análises, foi – discursivamente – repetida a identificação a uma mãe-pátria distante. Ao longo dos documentos, ressoa, em vários momentos, esse desejo de retornar à pátria, retorno físico e simbólico, através da manutenção da língua. Essa filiação também pode ser percebida nas entrevistas com os professores descendentes de imigrantes. Historicamente, a convivência dos imigrantes, e de seus descendentes, em grupos relativamente coesos – nas primeiras décadas do processo migratório – contribuíram para a manutenção dos dialetos, sobretudo em regiões rurais. Ajudaram, também, a manter o espírito que fazia com que as pessoas se considerassem vinculadas a uma Nação e não, necessariamente, a um Estado (cf. Arend, 2001), permitindo uma filiação, a identificação de uma qualidade comum aos sujeitos, representada pela manutenção da língua. E isso tem efeitos no processo de formação profissional e linguística desses sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores; história; Linguística Aplicada

## ABSTRACT

This work is a part of my doctorate thesis, which argues about the formation of Portuguese Language teachers in the European immigration contexts and took place in Concórdia/SC area. We study, in our research, ways to say historically constituted about the immigrants in Santa Catarina as a way to understand some production conditions of the interviewed teachers' speeches. We analyze documents concerning to the period between 1895 and 1912: reports of Italian consuls; Brazilian government documents; Bulletins of the Italy Ministry of Foreign Affairs; Immigrant Guide and fragments of an Italian immigrant daily from 05/08/1912. We opted to analyze these historical documents and considering them something official, being able to implement and to support public immigration politics and also develop an important role in the imaginary creation that persists until today regarding to immigration. In this analysis was repeated the identification to a distant mother-native land, discursively. Throughout documents, it resounds, at some moments, this desire to return to the native land, physical and symbolic return, by means of the language maintenance. These filiations also can be perceived in the interviews with the descending of immigrants teachers. Historically, the immigrants and their descendants' everyday, in relatively

---

<sup>1</sup> Este texto integra – de modo revisto – um capítulo de minha tese de doutoramento em Linguística Aplicada (em curso), sob orientação da profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini, desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP.

<sup>2</sup> Professora da Universidade do Contestado, Campus Concórdia/SC.

cohesive groups - in the first decades of the immigratory process, contributed to the dialects maintenance, mostly in rural areas. It also helped to keep the spirit that made the people used to consider themselves as part as a nation and not, necessarily, connected to a State (cf. Arend, 2001), allowing a filiation, a similar quality of identification between the citizens, represented by the language maintenance and provoking effects in the process of these citizens professional and linguistic formation.

**KEY WORDS:** Teachers formation; history; Applied Linguistics

## 1 – Introdução

Este trabalho integra minha tese de doutoramento, que discute a formação de professores de língua portuguesa em contextos de imigração européia, na região de Concórdia/SC. Do ponto de vista teórico, situamo-nos na interface da análise do discurso (Pêcheux, 1975, 1983; Foucault, 1969, 1983; Coracini, 1995, 2003) – doravante AD - e de alguns conceitos psicanalíticos (Lacan, 1964; Freud, 1921, 1899), que trabalham com a noção de sujeito compreendido na sua heterogeneidade e na sua contradição inerente, como também as determinações histórico-sociais e culturais - permeadas pelo desejo e pelo inconsciente – próprias ao sujeito e ao discurso.

Dentro da perspectiva discursiva, o discurso é visto enquanto um processo em que o lingüístico, o social e o histórico se articulam, através de efeitos de memória. Em função disso, buscamos resgatar elementos da história dessa região onde a pesquisa se realiza e que produzem efeitos de memória e influem na constituição identitária dos sujeitos. Rastreamos, então, no discurso *sobre* o imigrante e no discurso *do* sujeito-professor, o jogo da heterogeneidade por detrás da aparente homogeneidade que escapa no dizer, em função da porosidade da língua (Coracini e Pereira, 2001).

Vale observar que quando utilizamos a noção de história e/ou de historicidade não a estamos compreendendo como uma ‘memória antecipadora que sobredetermina o dizer’, mas como acontecimento. Para Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 166), “o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado.” O acontecimento pode romper uma repetição e instaurar novas redes de filiação.

Com essa concepção de historicidade, não é a cronologia o que trabalhamos, não é a busca por uma datação; a relação presente/passado é (re)significada: o passado – intangível – se marca no presente em uma fala que é sempre-já equívoco. Entendemos marca aqui como traços da heterogeneidade deixadas na língua, a historicidade que afeta a língua.

A AD e a psicanálise, pela noção de acontecimento, tomam a história “sob o modo da imbricação (um no outro), da repetição (um reproduz o outro sob outra forma), do equívoco e do

qüiproquó (o quê está no lugar de quê?)” (Teixeira, 2005, p. 180), do *a posteriori*. Isso significa buscar os efeitos de sentido no entrelaçamento do passado com o presente, sem ilusão de buscar uma origem. A gênese, o discurso adâmico, é da ordem do impossível, do intangível; faz-se ‘presente’ pelos efeitos de memória.

Para isso, a análise será dividida em dois grandes grupos de discursos: a) os discursos instituídos *sobre* os sujeitos, que envolvem documentos históricos que discorrem sobre a imigração, sobre os descendentes de imigrantes, imagens construídas a respeito desse grupo; b) os discursos *do* sujeito, através de enunciados de sujeitos-professores, descendentes de imigrantes, da Região de Concórdia/SC. Ao darmos ênfase a essas duas perspectivas de análise, estamos jogando com os efeitos de memória e com a construção de imaginário sobre a formação pessoal e profissional desses sujeitos-professores.

Nos “discursos *sobre*”, os sujeitos trabalham “os discursos da construção do ‘outro’.” (Orlandi, 1990, p.07). São discursos que inscrevem marcas, instauram acontecimentos e que funcionam ao longo da história, deixando rastros; são, também, formas de institucionalizar sentidos, de organizar diferentes vozes. Estudar o funcionamento dos ‘discursos *sobre*’ e discutir se produzem efeitos nos dizeres *do* sujeito é um dos nossos objetivos.

Para analisarmos a construção do ‘olhar do outro’ sobre os imigrantes e seus descendentes – na região sul do Brasil – foi necessário, inicialmente, estabelecermos um recorte de quais documentos iríamos nos valer para a construção desse *corpus*. Destacamos que em AD, a noção de recorte discursivo (RD) implica o imbricamento de linguagem e historicidade. O recorte é sempre fruto de uma construção teórica, a partir do olhar analítico de um sujeito, portanto, não é pré-determinado ou dado pronto ao analista. Os momentos de interpretação são tomadas de posição do analista, um jogo sobre o equívoco. E um risco, “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (Pêcheux, 1983, p.57).

Desse modo, a delimitação dos discursos sobre a imigração a serem analisados passa pela noção de documento, tal como definida por Foucault (1969). Na tradição histórica, por muito tempo, o documento foi tratado um rastro de uma verdade decifrável e recuperável com o devir do tempo, como “uma memória milenar e coletiva que servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças” (idem, p.07). Atualmente, o documento é compreendido como um monumento que procura “definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (...) onde se decifram rastros deixados pelos homens” (idem, p.07-08).

Para efetuarmos os recorte discursivos que possibilitassem a análise de documentos que deixaram rastros do (no) sujeito, escolhemos RDs que “não focalizam os acontecimentos particulares por si sós, mas pelo que revelam sobre a cultura em que ocorreram” (Burke, 1991, p.329): selecionamos cartas, ofícios, relatórios, um diário de imigrante, sobre a imigração em seu

período de instauração e de seu apogeu. Discursos *sobre* os sujeitos no seu cotidiano, não feitos de heróis, mas de homens comuns com suas mazelas e suas ‘pequenas vitórias cotidianas’ (Foucault, 1979).

## **2 – O dizer *sobre* o imigrante em Santa Catarina: a constituição de um imaginário**

“Os discursos são motores da história, e não apenas sua representação, ou seja, que os discursos fazem a história, mas também são feitos dela” (Backes, 2000, p.21). Frente a essa citação, consideramos importante estudar alguns discursos de documentos históricos que, consideramos, podem ter feito história e constituído imagens sobre os imigrantes – e seus descendentes – no Brasil, cujas ressonâncias podem repercutir ainda hoje. Esses documentos são sustentados por ecos de outros discursos que circulavam ou circularam na sociedade daquela época e que possibilitaram esses dizeres, já que o discurso é sempre construído sobre um discurso prévio.

O discurso da história sustenta o imaginário de que “um povo só é povo se tem uma história. Só se mantém unido, só conserva sua identidade através do tempo, se pode firmar suas raízes nos escaninhos dos séculos” (Dall’Alba, 1983, p.07). Segundo esse autor, o povo brasileiro está em formação (e sempre estará), mas uma parte de sua história está sendo relegada ao esquecimento em prol de uma história oficial imposta como verdade: a da classe dominante portuguesa.

Com base nisso, buscamos estudar um segmento que tem papel importante na constituição da sociedade brasileira: os imigrantes europeus no Estado de Santa Catarina, visto sua grande influência em manifestações culturais, hoje comuns em nosso país, bem como o enorme número de descendentes que ainda buscam manter vínculos com a cultura ancestral.

O que motivou a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil foi o empobrecimento da população, a falta de oportunidades de ascensão social na “mãe-pátria”, que negava isso a seus filhos. Do lado do Brasil, a vinda desses sujeitos era muito esperada em função de serem considerados mais laboriosos e disciplinados que os nativos (Arend, 2001). A imagem (ideologicamente constituída) de desbravadores e empreendedores que os imigrantes possuíam sustentou o processo imigratório.

Como o governo brasileiro precisava seduzir esse elemento trabalhador, no qual confiava suas expectativas de progresso, oferecia-lhes, como forma de propaganda, uma série de vantagens, a fim de convencê-lo a deixar sua pátria, sua língua, seu povo e aventurar-se rumo ao desconhecido: “art. 12 – os imigrantes estarão sob proteção especial do Governo e dos Inspectores gerais e especiais de terras e colonização” (Rel Alberto Roti 1895, resumindo e analisando o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890 – Lei Glicério). Esse decreto tem como função “facilitar e

tutelar o transporte e introdução dos imigrantes” (idem), tal como vemos no artigo 5 que “ dispõe sobre a gratuidade da passagem para o Brasil, ou sua redução, por conta do Governo Federal” (idem). Tudo com vistas a incentivar a imigração. Mas esse sonho de ‘eldorado’, de ‘terra prometida’, freqüentemente, se desfazia já nos primeiros meses na nova terra.

O documento caracteriza-se pela vagueza na apresentação do amparo e condições que os imigrantes aqui encontrariam. É lhes dito que estariam sob ‘proteção especial do Governo’, sem maior esclarecimento do que isso significa. A repetição de expressões como “proteção especial”, “Inspetores Gerais e especiais”, reforçados pelo apelo da “gratuidade da passagem” possibilitam a construção de um imaginário muito positivo e promissor sobre a terra desconhecida, na qual poderiam cultivar sua própria terra. Segundo Freud (1921), um grupo só pode ser excitado por um estímulo excessivo e os agenciadores da imigração apostaram na ilusão de país idílico, criada por todo um aparato de propaganda, no qual, parafraseando Freud, “pintaram as cores mais fortes, exageraram e repetiram a mesma coisa diversas vezes”, até conseguirem a adesão do grupo de imigrantes”.

No documento acima referido, o efeito do pré-construído - do sentido já-lá, que materializa no intradiscorso a memória da formação discursiva (FD) - remete a uma construção anterior e exterior ao enunciado: o silenciamento das reais condições que os imigrantes encontrariam ao chegar em território brasileiro.

A imagem de povo laborioso e empreendedor chamou nossa atenção na leitura do material empírico que deu origem a este *corpus*, pois inscreveu-se em uma ordem de repetível, imagem cristalizada e verdade dada ao leitor, como ilustra o recorte a seguir. Destacamos, entretanto, que não é uma imagem fixa, estanque e sem alterações, já que o imaginário está sempre em movimento – as imagens mudam, mas como estava no imaginário da época, deixa traços ao longo da história e da memória, logo, pode deixar rastros no modo dos sujeitos construir seu eu ideal (modo de se relacionar com o olhar do outro) e seu ideal de eu (imagem de si mesmo). Vamos ao recorte:

De utilidade grande serão para o Brasil os imigrantes europeus, fadados a transformar a terra e a população, em especial os italianos, cuja imigração é mais numerosa hoje e continuará sendo pelo futuro. O italiano se distingue entre os melhores elementos colonizadores (...) de ótimas qualidades. (Rel. Alberto Roti, 1895)

Frente a esse efeito de repetição – discurso que ecoou ao longo do *corpus* -, definimos o recorte acima como nosso referencial, a partir do qual outros documentos serão analisados. Analisamos 05 relatórios de Cônsules Italianos do período de 1895 a 1906; um ofício da câmara municipal da Villa Tubarão à Sociedade Central de Imigração; um Boletim do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália; um Guia do imigrante; apontamentos da obra “Azambuja e Urussanga”, publicada em 1939 pelo Desembargador Vieira Filho, que aborda dados da imigração

no período de 1877 a 1885; além de um fragmento de diário de um imigrante italiano, de 05/08/1912. Vale salientar que todo esse material foi compilado pelo Pe. João Leonir Dall’Alba e publicado sob forma de livro, cujo título é “Imigração Italiana em Santa Catarina: documentário”<sup>3</sup>. Optamos por analisar esses documentos históricos por considerá-los um dizer oficial, com poder para implementar e sustentar políticas públicas de imigração (que também têm papel na constituição do imaginário que até hoje persiste sobre imigração).

Segundo Dall’Alba (1983), esses documentos nos fazem sentir o homem, não apenas os recursos naturais e a infra-estrutura, mas o homem – por isso se mostra pertinente analisá-los – em plena crise e desalento, as esperanças, a insatisfação reinante, o pulsar da vida, como bem ilustra o relatório do Príncipe Gherardo Pio de Savóia, de 1990: “Creio, em vez, ser mais oportuno ocupar-me, não do ambiente, mas das pessoas, isto é, das condições materiais e morais em que se encontram nossos compatriotas.” Para isso, questionamos, primeiramente, o que circunscreve esse grupo “imigrantes europeus” e lhes garante o tratamento de um corpo.

Segundo Freud (1921), para haver constituição de grupo, é necessário o estabelecimento de laços de ordem libidinal. Um grupo organizado requer a instalação, por diversos indivíduos, de um mesmo objeto externo (líder) no lugar de seu eu ideal, bem como identificações recíprocas entre esses mesmos indivíduos. Em relação ao grupo de imigrantes, uma idéia ou abstração, uma tendência comum ou desejo não pode tomar o lugar de objeto externo/líder ao qual se liga o eu ideal? Será que não é a busca do pai simbólico (terra) que ocupa esse lugar de líder e dá caráter ao grupo “imigrantes”, mesmo que para isso tenham que abandonar a ‘mãe’ (pátria, nação, língua materna), muito mais do que o fato histórico-político do deslocamento espacial de um Estado a outro?<sup>4</sup>

Os imigrantes saíram de sua terra e se aventuraram em solo brasileiro porque, lá, eram identificados como excluídos, não possuíam um lugar social, nem terra para produzir. Para serem contados como “alguém”, para pertencerem a um grupo, ou melhor, grupo reconhecido e valorizado em algum lugar, precisaram pagar o preço: o desterro, afastar-se do gozo materno – da mãe pátria, para com ela criar outros laços. A pertença ao grupo requer filiação, mas essa filiação estabelece um sacrifício.

Os laços não deixam de existir, como ilustra o mote “Lembra-te de que és um alemão”, recorrente no material de arquivo analisado por Magalhães (1998, p.14). Mesmo estando distante da terra-mãe, essa mensagem era difundida pelos meios de comunicação de massa do séc XIX e

---

<sup>3</sup> Destacamos que esse material discute a imigração italiana apenas. Quanto à imigração alemã – que também é muito significativa na região onde realizamos nossa pesquisa -, ainda estamos coletando os dados de arquivo. Apenas alguns fragmentos que abordam os imigrantes alemães, os quais julgamos pertinentes, serão citados ao longo do trabalho. Todos esses extraídos da obra “Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil”, de Marionilde Brehphol de Magalhães.

parte do século XX (em especial até o Estado Novo, quando houve uma série de restrições a publicações em outra língua, sob a égide do Nacionalismo). Com isso, “ao torturá-los pela culpa e pelo esquecimento, os pangermanistas garantiram não apenas um imaginário social acerca da nação alemã para além de suas fronteiras; mais do que isso, produziram-lhes a idéia de coesão social entre os habitantes de colônias e regiões até então dispersas entre si” (idem, p.15).

No entanto, esses laços, essas filiações não permanecem inalteradas, eles se deslocam, alteram-se, movimentam-se, como indiciam sintomas instalados no grupo: desejo de retorno à pátria, a busca constante de propriedade da terra e de manutenção de hábitos e de crenças. A própria língua é marca disso.

Pelos relatos históricos da época, podemos perceber diversas fases pelas quais passavam os imigrantes. O primeiro estágio, normalmente, era de sonhos de Eldorado, de fortuna, de enriquecimento rápido, de fácil propriedade da terra, o que fazia com que se considerasse pouco o sacrifício de deixar a pátria e sujeitar-se a incertezas. Entretanto, esse sonho era sustentado por todo um aparato de propaganda gerado pelos agentes de imigração, que não era condizente com a realidade que os imigrantes encontravam quando chegavam ao Brasil.

Seguia-se a essa fase uma de revolta e desencanto perante a realidade difícil, bem diferente da alardeada pelos agenciadores e do Éden sonhado. Os imigrantes se viam às voltas com as florestas, as distâncias (sem a devida infra-estrutura), o isolamento, a falta de assistência médica e religiosa, além da barreira da língua<sup>5</sup>. “O imigrante constatava que a fortuna não brotava fácil da terra, nem tão depressa quanto esperava, para permitir-lhe um retorno triunfal à Pátria” (Dall’Allba, 1983, p.08). Ressoa, em vários momentos, esse desejo (gozo materno) de retornar à pátria. Esses efeitos de sentido ainda percebemos em nosso *corpus* de pesquisa, através de enunciados como “*não podemos perder nossas raízes*” (E1;p.02), enunciado por um sujeito-professor, ao referir-se à sua descendência alemã.

Depois, para muitos imigrantes, vinha o estágio de euforia e orgulho por se sentirem proprietários de terras (realidade que a maioria não vivenciava na Europa), ao ver o crescimento das plantações e a mesa farta. Entretanto, a seguir, vinha a fase do tédio, pois – apesar da posse da terra - não viam perspectiva de crescimento: faltava infra-estrutura (estradas, armazéns, escolas, assistência médica,...). Apenas algumas colônias, após anos ou gerações, vivenciaram períodos de prosperidade. Todavia, todas essas dificuldades não impediram que se cristalizasse a imagem – política e ideológica - de povo trabalhador, que não desiste facilmente de suas metas, tendo, por isso, grande contribuição a fornecer ao Brasil.

---

<sup>4</sup> Para uma maior discussão dos efeitos subjetivos dos processos (i)migratórios, ver VIANA, Wilton (1978) *Síndrome de migração: fundamentos psicanalíticos, sociológicos e terapêuticos*. Campinas, SP : Iprosam Editora.

<sup>5</sup> Para um estudo mais detalhado dessas condições, ver BERNARDI, P. (2003) *Canção do imigrante italiano: sua leitura a partir de uma localidade rural catarinense (1996-1999)*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC

Esse percurso delinea a formação discursiva que sustenta os documentos do início da imigração: o imigrante europeu é trabalhador e pode salvar o Brasil. Aqui, eles – imaginariamente – são instalados (e instalam-se) em um lugar social: o de salvadores. Esse efeito de sentido é retomado – discursivamente – em todos os documentos, mesmo sob outras formas de enunciação. Para explicitar isso, organizamos a análise em dois percursos: I) o imigrante responsável pelo progresso do Brasil; II) a relação com outros povos.

## 2.1 – Percurso I – “a estrada do progresso”<sup>6</sup>

No período de imigração, a máquina estatal divulgava a grande necessidade de “atrair para o país uma corrente imigratória capaz de impulsioná-lo pela estrada do progresso” (ofício de 1888). Essa necessidade fica clara no ofício da Câmara Municipal de Tubarão, de 08 de outubro de 1888, dirigida ao Ministério da Agricultura, que indicia o interesse do governo daquele município na colonização de sua área através da imigração italiana. Considera essa forma de “dar existência e efetividade prática àquelas providências imprescindíveis à salvação, e consecutivo desenvolvimento, da colonização nesta parte da província” (idem). Destacamos que essas imagens também se repetem – discursivamente – em relação aos imigrantes alemães, que eram elogiados como “trabalhadores disciplinados e ordeiros” (Magalhães, 1998, p.44). Por que essa expectativa de “salvadores da pátria” conferida aos imigrantes? Quais suas causas e conseqüências?

Acreditava-se que os povos europeus eram mais afeitos ao trabalho e empreendedores, como podemos ver em imagens que se repetem – lingüística e discursivamente – nos documentos analisados: “um italiano fabricou muito carvão”, “Começava a industrialização”, “um serrano instalou uma serraria”, “logo também funcionou a ferraria”, “construiu-se um moinho”, “construiu-se pequena capela”. Parafrasticamente, a partir desses enunciados, um efeito de sentido – sustentado pelo interdiscurso – é reiterado: os imigrantes são trabalhadores e, com isso, podem gerar progresso para o país.

Essa imagem se confirma nas palavras do relatório do Cônsul Alberto Roti, de 1895, ao governo italiano:

Agora que as colônias estão produzindo mais do que necessitam, e que o capital começa a formar-se, observa-se em Urussanga algum sintoma que faz prever um próximo estabelecer-se de relações comerciais com os centros brasileiros e a criação de outras com a mãe pátria diretamente para a Itália. (...) Os colonos preferem produtos italianos, ainda que mais caros, e basta que um produto venha da Itália para que tenha aqui boa aceitação. (Rel. Alberto Roti, 1895).

---

<sup>6</sup> Expressão retirada do Ofício de 1888, constitutiva do *corpus*.

A voz do cônsul assume o estatuto de porta-voz autorizado a transmitir uma projeção sobre o imigrante e determinar um lugar social para esse sujeito: “Agora que as colônias estão produzindo mais do que necessitam, e que o capital começa a formar-se”. O advérbio “agora” marca uma ruptura temporal – e discursiva – que inscreve o sujeito em uma nova ordem: não mais daquele que se espera o progresso, mas daquela que já é responsável por esse progresso. Apesar desse deslocamento de sentido, não se desloca a inscrição na FD: interdiscursivamente, ressoa a mesma imagem e o imigrante assume o mesmo lugar social.

Ao enunciar “os colonos preferem produtos italianos”, o enunciador pode estar, imaginariamente, inscrevendo-os em uma rede de filiações, que lhes permite assumir um lugar sócio-histórico – portanto, ideológico -, que os identifica: eles são “italianos” que podem consumir produtos italianos, possuem o pai (terra) e podem gozar a mãe-pátria – imaginarizada na demanda por produtos vindos da pátria distante. Duplo conflito: a potência paterna teve de ser buscada longe, em outras terras; a mãe a ser gozada está distante. Podem se contar entre os outros e estabelecer uma pertença (Costa, 2001), mas essa pertença tem um preço a pagar.

Vale salientar essa relação com a pátria distante, com a Nação que lhes confere nacionalidade - independentemente da cidadania (relação com um Estado) -, como vemos também na seguinte citação: “O imigrante constatava que a fortuna não brotava fácil da terra, nem tão depressa quanto esperava, para permitir-lhe um retorno triunfal à Pátria” (Dall’Allba, 1983, p.08). Ao longo dos documentos, ressoa, em vários momentos, esse desejo de retornar à pátria, retorno físico e simbólico, através da compra de produtos da Europa, através de viagens ou da manutenção da língua. A adjetivação, aqui, oferece um efeito de sentido pertinente à análise: esse é um retorno *triumfal* – com tudo aquilo que a mãe lhe negou e que tiveram que buscar no outro.

Ao mesmo tempo, aparecem no *corpus* imagens de sujeitos inconformados com a situação de engodo, que buscam seus direitos, lutam por melhores condições quando dessas se sentem alijados.

Chegados à primeira clareira os colonos revoltaram-se, dizendo que tinham vindo na suposição de que deveriam cultivar terra menos silvestre. Não foi fácil dominar os exaltados e convencê-los que era melhor aprenderem com os brasileiros a derrubar as árvores da mata. Logo veio-lhes a fé no futuro e trabalhavam com entusiasmo cantando canções napolitanas. (*Azambuja e Urussanga*, 1939; referindo-se ao processo imigratório de 1877)

O recorte destaca a postura do grupo diante de uma situação inesperada: falta de condições de produtividade da terra. A influência da sugestão não é exercida apenas pelo líder, mas por cada indivíduo sobre outro indivíduo (Freud, 1921), o que permite, em nosso *corpus*, por exemplo, que o grupo (enquanto tal) se revolte – e não apenas alguns indivíduos. Pela identificação do grupo a um mesmo objeto – imagem positiva da terra, imagem essa que se vê frustrada – o grupo como um

todo se revolta. Lingüísticamente o enunciador marca essa imagem através da utilização do artigo definido – os colonos, os exaltados -, dando corpo ao grupo: “Os intensos vínculos emocionais no grupo mostram a inclinação a exceder todos os limites na expressão da emoção e descarregá-la completamente sob a forma da ação” (Freud, 1921) – a revolta.

Vale destacar também que essa é uma das poucas vezes nos relatórios que se fala positivamente do elemento brasileiro. Todavia, apenas como estratégia argumentativa de convencimento do elemento estrangeiro – “era melhor aprenderem com os brasileiros a derrubar as árvores da mata”. É conferido um saber ao brasileiro que propiciaria ao imigrante adaptar-se à nova situação.

Temos, então, um conflito. Freud (1921) cita um exemplo de um exército: durante uma batalha alguém grita que o general morreu; ao ouvirem isso, os soldados se dispersam e (se) perdem (n)a batalha. Consideramos que esse é um conflito que se aproxima: o general morreu para uma parte dos soldados, um pequeno grupo de imigrantes como sendo apenas um pelotão. O conflito de identidade está no paradoxo: sejam os salvadores, e para que salvem, sejam aprendizes. Como há uma ruptura nas posições de salvador e aprendiz, há uma ruptura interna e revolta. Este país deveria dar ao colono aquilo que a própria pátria não deu - a terra - e assim ele seria o salvador. No entanto, dupla traição: a nova pátria também não dá a terra, dá o campo silvestre, onde ele terá de ser aprendiz, de certo modo, onde terá de ‘abrasileirar-se’. Nova filiação. Há um sacrifício da própria identidade para manter-se filiado e reconhecido; a esse respeito, apoiamos em Berry, quando questiona: será “preciso perder sua identidade para escapar à solidão? Escapar às exigências do cotidiano e, rosto anônimo, deixar-se tomar num sopro por braços desconhecidos?” (1987[1991, p.99])

Entretanto, “logo veio-lhes a fé no futuro e trabalhavam com entusiasmo cantando canções napolitanas”: lingüísticamente, o conflito é desfeito; o relator cria uma narrativa (ficcional), logicamente organizada, que subsume o embate. O advérbio “logo” marca uma ruptura no discurso e caracteriza a adesão do sujeito a um ponto de identificação: as qualidades morais desse povo. Marca também de uma ficção, os eventos históricos não acontecem ‘de repente’, (des)mascara toda uma história, encobre uma série de lembranças que permanecem apagadas (Freud, 1899). Quando o sujeito enuncia “logo”, dizeres se opõem, e se relacionam, diferentemente, com o domínio do saber da FD dominante, sem o romper completamente - “os colonos revoltaram-se”, “não foi fácil dominar os exaltados” e “logo veio-lhes a fé no futuro e trabalhavam com entusiasmo”. Percebemos, nesses enunciados, uma gradação de efeitos de sentido: revolta - dominação difícil - fé e entusiasmo, que encaminha o discurso a uma resolução do conflito, ao mesmo tempo em que o desvela e o põe em cena. Na identificação, “o indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo” (Freud, 1921) e assume como sua a imagem esperada para o grupo. Todavia,

destacamos que é apenas uma imagem, constituída por uma narrativa organizada de modo linear, cujas relações temporais e conflitos são subsumidos em um jogo sedutório.

Essa imagem ressoa ainda contemporaneamente em muitos discursos, como podemos perceber nas afirmações do Padre João Dall’Alba, em texto de 1983: “lamentamos que a Revolução de 1893 e a legislação de 95, tenham posto um ponto final no capítulo da imigração neste Estado [SC]. Pudéssemos desde então ter povoado não só todo o litoral, mas o vale do Rio do Peixe e os imensos sertões de Xaçepó! Neste fato devemos procurar a causa de nosso acentuado desnível de progresso em relação aos estados vizinhos”(p.11).

A inserção do sujeito na linguagem é social, pois – como vemos no recorte acima - ele retoma um já-dito – reatualizando-o e (re)significando-o - para constituir o seu discurso, em função das práticas sociais em que o sujeito se encontra inserido. Essas práticas são profundamente imbricadas com as relações históricas. O discurso, por sua vez, não foge a essa dinâmica. Ele é constituído historicamente e manifesta relações sociais, pois o dizer tem a sua história (Orlandi, 1990).

## 2.2 – Percurso II – “As relações de nossos patrícios...”<sup>7</sup> e o primado da alteridade

Ao se instalarem no Brasil, passaram a conviver em comunidades (prática que persiste com muitos de seus descendentes), o que contribuiu para a manutenção dos dialetos, sobretudo em regiões rurais. Tal prática, também colaborou para que as pessoas se considerassem vinculadas a uma Nação. A língua tem um papel importante na manutenção desse sentimento comunitário e nessa vinculação à Nação.

Um outro fator importante para essa organização social (e subjetiva?) foi que a maioria dos imigrantes saiu de seu país em um contexto de firmação de Estados Nacionais, em que a sentimento de nacionalismo se constituía como marca identificatória de filiação a uma Nação. E essa idéia de filiação a uma Nação – mesmo que seja a pátria-mãe distante, simbolicamente representada pelo mote “Lembra-te que és um alemão” (ou italiana, ou polonês...) – constitui imagens sobre o sujeito imigrante e determina as relações que estabelecem com o outro. Por isso, podemos considerar a inscrição do sujeito na história como fundamental na sua constituição identitária, um processo imaginário, que liga o campo do eu ao campo do outro. O sujeito assume como sua a imagem do outro, em um jogo de espelhos, já que a filiação é condição necessária para a identificação (Costa, 2001; Eckert-Hoff, 2004).

Na constituição dos discursos, lugares são atribuídos ao sujeito-imigrante também pela oposição a outros povos: “é fora de dúvida que o elemento selvícola, tão improdutivo e nefrário,

---

<sup>7</sup> Excerto retirado do Relatório de Alberto Roti, de 1895, constitutivo do *corpus*.

tenderá a desaparecer, absorvido pela nova corrente civilizadora” (ofício de 1888). Destaca-se que esse texto não foi escrito por um cônsul italiano, mas pelo Poder Legislativo da Villa Tubarão, em 1888. O indígena era visto como “feroz e destruidor” (idem).

Para preservar o país da improdutividade, os Membros da Diretoria da Sociedade Central de Imigração, comissão vinculada à Câmara Municipal, solicita que o Ministério da Agricultura “se digne estender até território e povos deste Município o influxo salvador das idéias que V.Ex<sup>a</sup> se propôs realizar relativamente à imigração e colonização” (idem).

Essa imagem ecoa, interdiscursivamente, em documentos posteriores, como no Relatório do Cônsul Alberto Roti, de 1895:

“Os terrenos cultivados, na quase totalidade estão na mão dos brasileiros (...) Por natural indolência contentam-se em extrair da terra o que podem conseguir com o mínimo de esforço, e a cultivação da Ilha espelha a inação dos cultivadores, tanto pela qualidade, como pela quantidade dos produtos. (...) O agricultor brasileiro (...) vive em miseráveis cabanas de terra e de madeira, circundadas por algum pé de laranjeira, de banana e de café. Mantém-se com os produtos que lhe dá a sua terra, cultivada só o tanto que baste para isto. Surpreende o contraste dos terrenos desses moradores com os dos colonos italianos e alemães” (Rel. Alberto Roti, 1895)

O enunciador coloca o outro em cena, para encenar<sup>8</sup> um lugar para si e para seu compatriota, em oposição ao outro-brasileiro, sobre o qual prevalecem imagens negativas: “natural indolência”, “mínimo de esforço”, “inação dos cultivadores”, “vive em miseráveis cabanas de terra”. Opõe o imigrante a essa imagem e inscreve-o na FD: “Surpreende o contraste dos terrenos desses moradores com os dos colonos italianos e alemães”. O ‘discurso *sobre*’ marca uma filiação do Cônsul e instaura uma ordem do repetível.

Essa crença na “natural indolência” dos brasileiros leva as autoridades a confiarem os sonhos de progresso a elementos estrangeiros, ao outro. A repetição, entretanto, gera o diferente, outros efeitos de sentido dentro de uma mesma FD, já que seus limites não são fixados, mas tensos. Do ponto de vista da AD, a mera repetição de uma imagem já instaura o diferente, pois introduz uma modificação no processo discursivo, gera um outro acontecimento. Ao trazer o outro – no caso o brasileiro – para o discurso, já há um deslize de sentido que pode apontar para outros efeitos de sentido e confere lugares a outros sujeitos.

Na prática discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições que o sujeito pode ocupar no momento da enunciação, sem esquecer, contudo que esse imaginário é esburacado de real e que “algo falha”, o equívoco sempre está já presente. Por isso, os lugares não são estáveis e/ou fixos, mas deslizantes, cambiantes. Institucionalmente, há tentativa de um controle que visa a disciplinar esse jogo imaginário e uma injunção a que o sujeito ocupe determinadas posições no

discurso. Percebemos que, nos documentos analisados, há lugares sociais de fala previamente determinados. Em decorrência disso, algumas posições-sujeito são silenciadas como forma de exclusão, de controle da produção do discurso. Por exemplo, raros são os excertos que destacam as qualidades dos brasileiros, gerando um silenciamento sobre os aspectos positivos desse povo e apenas marcando as suas dificuldades – ou o que os cônsules viam como tal. Isso pode ter contribuído para configurar imagens cristalizadas como “brasileiro não gosta de trabalhar”, “brasileiro é preguiçoso”, “brasileiro precisa do estrangeiro para progredir”, “o que é estrangeiro, é melhor”, que ainda são correntes no imaginário nacional.

Frente aos gestos de interpretação apresentados, consideramos que a identificação a um grupo encontra-se estritamente ligado a uma memória histórica que possibilita o dizer e permite pontos de identificação; não a identidade – sempre ilusória -, mas pontos fugidios, cambiantes, clivados.

Parece irrefutável o fato de que muito do discurso sobre o imigrante em Santa Catarina que encontramos no *corpus* foi enunciado a partir de uma instituição – o Estado, a fim de justificar o papel da imigração perante a sociedade, criando uma imagem e um lugar social para o sujeito-imigrante. No entanto, em um processo de memória e de (re)significação, esse lugar idílico conferido ao imigrante ainda é cantado de maneira saudosista em alguns textos mais recentes, como ilustra o seguinte recorte: “não é difícil vaticinar o crescer de uma Caxias do Sul ou de cidades como algumas de São Paulo. O solo é rico. O povo é o mesmo. E há condições agora.” (Dall’Alba, 1983, p.12).

### **3 – O sentimento de comunidade: trama de sentidos e de memória**

Na análise anterior, a respeito dos documentos sobre imigração, um sentido ecoou nos recortes – e ainda reverbera entre os descendentes desses imigrantes: um sentimento de pertencer a um grupo, a uma comunidade imaginada (Anderson, 1983[1991]). Na trama dos sentidos e da memória, o sentimento de comunidade se instala e inscreve o sujeito em uma pertença. Todavia, o que é essa comunidade? O que implica inscrever-se nela?

Destacamos aqui que, ao abordarmos a noção de comunidade, não o fazemos de uma perspectiva sociológica, mas a partir de Anderson (1983 [1991]) e Bauman (2003), como comunidade imaginada. A comunidade imaginada, para Anderson (1983), liga-se à idéia de Nação, não necessariamente vinculada a um Estado ou a um território, mas a um sentimento de filiação, resultado espontâneo de um complexo discreto de forças históricas (nós diríamos, de ordem libidinal) que podem ser transplantadas para uma grande variedade de terrenos sociais.

---

<sup>8</sup> Para discutir mais detalhadamente a questão da encenação, ver Eckert-Hoff (2004) que, em sua tese de doutoramento,

Para o autor, a Nação é uma comunidade política imaginada, que extrapola limites de tempo e espaço - comprimindo-os, pulverizando-os, (re)significando-os. Ser concebida como imaginada, implica um triplo movimento: ser inerentemente limitada, já que nem todos podem pertencer à Nação; não ser única, mas distingue-se de outras comunidades pela relação de alteridade; ser soberana, já que nasceu em contexto de questionamento da divindade, como busca da liberdade (Idem, p.07). Implica, ainda, ser sentida como comunidade, porque “a Nação passa a ser sentida como uma profunda e horizontal camaradagem” (idem); mesmo sem conhecer todos os membros, vive-se a imagem de comunhão. E um dos mais fortes elos dessa comunidade é a língua. Essas características da comunidade imaginada são simbolicamente formadas ao longo da história e têm efeitos na constituição subjetiva dos sujeitos que dela fazem parte, como atesta Melman (1992, p.28)

Na Europa, até o século XVIII, a nação não existia de maneira tão forte (...) Havia também uma língua comum, que era o latim (...). É muito curioso que tenha sido no século, dito das luzes, que a idéia da nação se tornou uma idéia popular. Sabemos como os exércitos napoleônicos difundiram essa idéia em toda a Europa e como as outras nações européias constituíram-se a partir dessas idéias. Antes disso, mesmo os exércitos eram constituídos por mercenários e o sentimento de nacional era totalmente incomum, ao passo que, hoje em dia, faz parte da ordem natural das coisas. Temos de convir que o lugar da nação é suscetível de desempenhar um papel importante, não negligenciável na subjetividade de cada um.

A comunidade é constituída por uma rede/trama/teia de relações sócio-históricas – e pulsionais – na qual o sujeito é capturado. Bauman (2003, p.07) discute que algumas palavras não apenas tecem determinados significados, como também guardam sentimentos. A palavra ‘comunidade’ remete a filiações de sentidos que provocam o sentimento de aconchego, acalento, segurança, de algo bom. Na comunidade imaginada (postulada, sonhada) não há sentimento de estranheza, pois “nunca somos estranhos entre nós” (Bauman, 2003, p. 08), a noção de conflito ou desentendimento se apresenta de modo harmonioso, sereno, respeitoso, ainda que as ameaças de fissura do sistema possam estar à espreita. Os que estão a nossa volta são todos amigos, há sentimento de fraternidade perante as necessidades do outro “o que a palavra ‘comunidade’ evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e que precisamos para viver seguros e confiantes” (Bauman, 2003, p.09).

A noção de comunidade discutida por Bauman (2003, p.17) é como uma fortaleza sitiada: há um acordo tácito das leis que a rege, valores que não são combinados verbalmente, mas sim construídos naturalmente na intimidade compartilhada. Na *mesmidade* do cotidiano há a distinção entre o “nós” e o “eles”, entre aqueles que são “de dentro” da comunidade e os que são “de fora”.

Fazer parte de uma comunidade significa pertencer a um grupo, estar fora significa ser um estranho.

No *corpus* analisado acima, esse sentimento de comunidade aponta, ainda, para a filiação à mãe-pátria. Esse efeito pode também ser percebido nas entrevistas com os professores descendentes de imigrantes (nosso *corpus* de pesquisa). Esse retorno (simbólico e imaginário), muitas vezes, dá-se pela **língua**, como ilustram os recortes a seguir:

(RD1) *“é interessante trabalhar com idiomas porque, principalmente o alemão, eu não sei, acho que vou terminar a faculdade e vou acabar fazendo um cursinho de alemão, porque... nossa... é muuuuuuuto bom saber (suspirando) e aí eu, às vezes, sinto que é legal.” (E1, p.6<sup>9</sup>);*

(RD2) *“eu hoje se tiver que falar alemão, eu tenho que aprender de novo, porque eu desaprendi // (...) Eu sei que se minha mãe morrer e meu pai morrer, eu só vou falar alemão se eu ir aprender numa escola / então minha LM acaba sendo minha LE” (E2, p.6);*

(RD3) *“eu moro numa região de pessoas idosas e os idosos falam praticamente o alemão, né. (...) É uma região praticamente de alemão e a gente fala em alemão com os mais idosos, encontra na rua e é “guten tag”, “wier geht’s dier”, “mier geht’s gut”, “es geht langsam” o básico a gente lembra ainda né, então.” (E1, p6)*

(RD4) *“o português que aprendi com meus pais, pra mim significa conservar de certa forma o dialeto de meus avós, pois algumas palavras de origem italiana ainda persistem.” (T4, p1, grifo nosso)*

Destacamos, nos quatro recortes acima a regularidade em referir-se a uma língua que é importante para eles, mas que estão perdendo ou já perderam: *“vou acabar fazendo um cursinho de alemão, porque... nossa... é muuuuuuuto bom saber (suspirando)” (RD1); “a gente fala em alemão com os mais idosos.” (RD3); “eu hoje se tiver que falar alemão, eu tenho que aprender de novo, porque eu desaprendi” (RD2); “conservar de certa forma o dialeto de meus avós, pois algumas palavras de origem italiana ainda persistem” (RD4’)*. Há um movimento de sentidos entre ... *é muuuuuuuto bom saber*, que ressalta o fato de que *a gente fala em alemão com os mais idosos*, mas a referência é apenas aos mais idosos, como um saber<sup>10</sup> pontuado, restrito, estranhamente familiar, que se está perdendo, esvaindo, saber fugidio.

Vale destacar que no RD3, há, fortemente, marcas fonéticas do idioma alemão na pronúncia desse professor<sup>11</sup>: *“relacionar língua(gem) e identidade implica em introduzir a questão da determinação cultural na questão da estrutura” (Chnaiderman, 1998, p.49) – aqui a marca cultural tem efeitos na estrutura fonética do dizer desse sujeito. “O desejo pode acontecer como uma ruptura que se efetua de língua e na língua, dando-se como uma diferença que, sem ser subjetivista,*

<sup>9</sup> A primeira letra indica se o recorte foi extraído do texto escrito (T) ou da entrevista (E), realizados com os professores, seguido do número que os identifica. Após o ponto-e-vírgula, referenciamos o número da página onde encontramos o recorte na compilação dos dados.

<sup>10</sup> “Na sua origem, sabor e saber provêm do verbo latino *sapare*, que significa, ao mesmo tempo, *saber e ter sabor*” (Eckert-Hoff, 2004, p. 152)

está articulada à história do sujeito” (Frota, 2000, p.27, grifo nosso). Traços deixados na língua, como os traços sonoros e lexicais de RD3, além de apontarem uma constituição subjetiva, denunciam a história do sujeito, sua inscrição social. E se marcam sua história e constituem um lugar na sociedade, logo, tem direção política e gestam processos de subjetivação.

Essas bordas que se constituem e que se tocam entre linguagem e identidade marcam, também, a relação entre história e inconsciente (cf. Chnaiderman, 1998). Tanto a linguagem como as identificações passam a se inserir em múltiplas culturas, sempre cambiantes, em constante movimento de (re)configuração, em “diferentes formas de constituição do inconsciente” (idem, p.49)

A memória das línguas mistura-se, funde-se, conta-mina-se; não há uma e outra língua, o que há é um híbrido que (con)figura o idioma do sujeito. Como nos diz uma personagem de Salman Rushdie, “estamos vazando um no outro, como sabores quando se cozinha” (*apud*, Rajagopalan, 1998, p.41).

Esses sentidos marcam ainda mais o efeito saudosista de *eu tenho que aprender de novo, porque eu desaprendi*. Ressaltamos aqui o efeito de *tenho que*, marca lingüístico-discursiva concebida, pela gramática, como uma expressão de atitude do locutor em relação ao valor de verdade do seu enunciado. Dessa maneira, o modal *tenho que* indicia uma relação de pretensa necessidade, de dever e de uma possível obrigatoriedade. Segundo Eckert-Hoff (2002, p.73), essa modalização “é uma maneira do enunciador expressar o desejo (inconsciente) de evitar uma contestação, uma vez que ele se posiciona, mostrando que *é preciso*, que *é necessário*, isto é, que *tem que*.” Evitar a contestação de quê? De si, por si e para si? Da língua? Do imaginário social? A interdição se instala sobre “a língua ‘esquecida’ da ‘infância do sujeito’” (Haroldo de Campos, *apud* Chnaiderman, 1998, p.57) e o desejo também.

Segundo Magalhães (1998), os imigrantes – e as representações que circulavam no imaginário brasileiro sobre eles (literatura, mídia, documentos oficiais) – davam conta que eles eram muito apegados às suas pátrias de origem, “presentificavam seu passado por meio do emprego do idioma alemão, da preservação de usos e costumes e da endogamia” (idem, p.76). Esse imaginário ecoa em nosso *corpus* e se presentifica lingüisticamente: ““*guten tag*”, “*wier geht’s dier*”, “*mier geht’s gut*”, “*es geht lansam*” o básico a gente lembra ainda né, então” (RD3). O que significa lembrar o básico? O simples, corriqueiro, cotidiano, o que já passou pelo corpo e fez memória. Entretanto, também pode servir de base, de sustentação, de inscrição: a língua para a qual nunca cessa de voltar. Na multiplicidade de identificações os sujeitos deslizam de sentidos, se escrevem e inscrevem em variados pontos de identificação para dar (ainda que ilusoriamente) uma

---

<sup>11</sup> Conforme percebermos ao escutarmos a fita com a gravação da entrevista.

resposta ao “quem sou eu?”. O sentimento de identidade, aqui, associa-se ao sentimento de pertença.

Destacamos também que o advérbio “*ainda*”, no RD4, aponta para a filiação a um objeto fugidio: ao enunciar “*ainda*”, o sujeito carrega em seu discurso a possibilidade e o medo de perder esse objeto (marcas de uma identidade), ao mesmo tempo em que ressalta sua pertinência de manutenção, pois estabelece um laço de identificação imaginária com uma mãe distante (Nação) e um pai morto (terra distante - Itália). O deslizamento de sentidos marca um sujeito dividido, clivado barrado pela linguagem e sempre em movimento.

#### 4. (In) conclusões

Pela leitura dessas situações discursivas, percebemos que, apesar das línguas maternas dos imigrantes terem sido silenciadas no Estado Novo, nas enunciações de seus descendentes são manifestados traços de memória (sonoros, lexicais, efeitos de sentido...) de tais dialetos, que irrompem na cadeia enunciativa e que possibilitam problematizar a constituição do sujeito, tomando-o como sujeito da linguagem, pelo conflito entre línguas: a oficial e a materna (cf. Ghiraldelo, 2002, p.21).

A imagem permanece e constitui memória definindo dizeres e lugares aos sujeitos. Aproveitamos as palavras de Freud, para afirmar que “conseguiram identificar-se uns com os outros por meio de um amor semelhante pelo mesmo objeto” (1921, p.21). A identificação surge da percepção de uma qualidade comum aos sujeitos. No caso dos imigrantes, qual poderia ser esse elemento comum, esse amor comum? O fragmento a seguir, extraído do diário de um imigrante de 15 de agosto de 1912, ilustra esse sentimento:

“Minha fantasia faz-me imaginar, às vezes, que sou alguém que volta do exílio e que se aproxima da antiga moradia, onde sempre estive o desejo, por longos anos, e sempre algum obstáculo intransponível impedia de chegar a rever” (Prof. Antonio Lazzarin, 15/08/1912).

Pertencer a uma comunidade sempre requer um preço a pagar, segundo Bauman:

Há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’ – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e ‘à identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. (2003, p.10)

E esse preço é enunciado no excerto acima: exílio da pátria, mas também exílio da língua.

Nesse percurso que fizemos nos dizeres *sobre* os imigrantes e *dos* professores, os sentidos “chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer sobretudo o que não sabe sobre

aquilo que, desconhecido, veio a conhecer” (Orlandi, 1990, p.09), e estes sentidos sempre-já podem ser outros.

## REFERÊNCIA

ANDERSON, B. (1983) *Imagined Communities*. London, New York : Verso, 1991.

AREND, S.M. (2001). Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). IN: AREND, S.M. & BRANCHER, A. (org.) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis/SC : UFSC.

BACKES, C. (2000) *O que é ser brasileiro?* São Paulo : Escuta.

BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

BERRY, N. (1987). *O sentimento de identidade*. São Paulo : Escuta, 1991.

BURKE, P (1991). A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. IN: BURKE, P. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo : UNESP, 1992, p. 327-48.

CHNAIDERMAN, M. Língua(s) – linguagem(s) – identidade(s) – movimento(s): uma abordagem psicanalítica. IN: SIGNORINI, I. (1998). *Linguagem e identidade*. Campinas, SP : Mercado de Letras, p.47-67.

CORACINI & PEREIRA [orgs.] (2001). *Discurso e Sociedade*. Pelotas, EDUCAT.

CORACINI, M.J. (org). (1995) *O jogo discursivo na aula de leitura*. Língua materna e língua estrangeira. Campinas : Pontes.

\_\_\_ (org.) (2003) *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)*. Campinas, SP : Mercado de Letras.

COSTA, A. (2001) *Corpo e escrita*. Relação entre memória e transmissão da experiência. Rio de Janeiro : Relume Dumará.

DALL’ALBA, J. L. (1983) *Imigração italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul/RS : UCS, Porto Alegre/RS : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Florianópolis/SC : Lunardelli.

ECKERT-HOFF, B.M. (2002) *O dizer da prática na formação do professor*. Chapecó/SC : Argos.

\_\_\_ (2004). *O falar de si como (des)construção de identidades e subjetividades no processo de formação do sujeito-professor*. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp.

FOUCAULT, M. (1983) “A escrita de si” IN: *O que é um autor?* Lisboa : Vega, 1992.

\_\_\_ (1969) *A arqueologia do saber*. 5 ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997a.

\_\_\_ (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1995.

FREUD, S. (1899) *Recuerdos Encobridores*. Traducción directa del alemán: José Luis Etcheverry. Amorrortu editores.1989 in Edición castellana. V.3

\_\_\_\_. (1921) *Psicologia das massas e análise de eu* (CD das obras completas, vol 16)

GHIRALDELO, C. (2002). *As representações de língua materna: entre o desejo de completude e a falta do sujeito*. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp.

GUILHAUMOU, J. e MALDIDIER, D. (1994) Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. IN: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*. Campinas : UNICAMP, p.163-83.

MAGALHÃES, M.B. (1998). *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas : UNICAMP/FAPESP.

MELMAN, C. (1992) *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo : Escuta.

ORLANDI, E. (1990) *Terra à vista*. Campinas : Cortez e UNICAMP.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas : UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_(1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2 ed. Campinas : Pontes, 1997.

RAJAGOPALAN, K. (1998) O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? IN: SIGNORINI, I. (1998). *Linguagem e identidade*. Campinas, SP : Mercado de Letras, p.21-45.

TEIXEIRA, M. (2005) *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS.